

DOCUMENTO DE CONSULTA PÚBLICA

N.º 3/2019

Projeto de norma regulamentar que define os procedimentos e requisitos em matéria de qualificação adequada, formação e aperfeiçoamento profissional contínuo e o funcionamento da comissão técnica para efeitos do reconhecimento de cursos sobre seguros

22 de fevereiro de 2019

1. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO

O regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros (“RJDS”), aprovado em anexo à Lei n.º 7/2019, de 16 de janeiro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) n.º 2016/97, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de janeiro de 2016, sobre a distribuição de seguros, fixa requisitos em matéria de qualificação adequada e estabelece novos deveres em matéria de formação e aperfeiçoamento profissional contínuo.

Com referência aos requisitos aplicáveis a mediadores de seguros, de resseguros e de seguros a título acessório em matéria de qualificação adequada, o RJDS estabelece a obrigatoriedade de os cursos sobre seguros, a realizar para este efeito, respeitarem os conteúdos mínimos fixados em anexo ao regime, os quais correspondem, maioritariamente, aos estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 17/2006-R, de 29 de dezembro.

Ao contrário do regime anteriormente vigente, o RJDS prevê também a obrigação de as empresas de seguros e de resseguros assegurarem que os membros do órgão de administração responsáveis pela atividade de distribuição e as pessoas diretamente envolvidas na atividade de distribuição ao seu serviço cumprem os requisitos de qualificação adequada previstos neste regime.

Adicionalmente, estabelece-se a obrigatoriedade de conformação com os requisitos de qualificação adequada previstos no RJDS por parte de todos os que já exerciam a atividade de distribuição, pelo que através do presente projeto de norma regulamentar se concretizam os procedimentos a observar para efeito desta conformação.

Por outro lado, o regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros estabelece o dever de as empresas de seguros e de resseguros e os mediadores de seguros e de resseguros manterem e assegurarem que as pessoas diretamente envolvidas na atividade de distribuição mantêm um nível adequado de desempenho mediante o cumprimento dos requisitos de formação e aperfeiçoamento profissional contínuo, prevendo-se que as ações de formação realizadas neste âmbito devem ter uma duração mínima de 15 horas. A nível regulamentar, cumpre agora determinar quais as entidades reconhecidas para ministrar estas ações de formação.

Finalmente, através do presente projeto prevê-se ainda o procedimento a observar para efeitos do reconhecimento dos cursos sobre seguros, bem como o funcionamento da comissão técnica

responsável pela emissão de parecer relativo ao reconhecimento daqueles, os quais correspondem, de uma forma geral, ao estabelecido na Norma Regulamentar n.º 17/2006-R, de 29 de dezembro.

2. PONDERAÇÃO DE CUSTOS E BENEFÍCIOS

Como ponto prévio, cumpre referir que aquando da apresentação da proposta de Diretiva sobre a distribuição de seguros foi realizada uma avaliação de impacto que incluiu a matéria de qualificação a respeitar pelo mercado¹.

De facto, da implementação dos deveres resultantes das disposições referidas acima podem resultar custos para o mercado no que se refere à realização de cursos sobre seguros para efeitos de qualificação adequada por aqueles que pretendem iniciar a atividade de distribuição de seguros ou de resseguros, bem como por aqueles já desenvolvem esta atividade e pretendem conformar-se com os requisitos adicionais. Da mesma forma, o cumprimento dos novos deveres em matéria de formação e aperfeiçoamento profissional contínuo pode também implicar custos adicionais para o setor.

Neste sentido, tendo em conta o ónus que os cursos sobre seguros representam para os operadores, seja em termos de custo financeiro ou do tempo a alocar à formação, a ASF considerou adequado não adicionar, nesta fase, em matéria de qualificação adequada, outros conteúdos em relação aos previstos pelo legislador nacional, em transposição da Diretiva sobre a distribuição de seguros.

Por outro lado, em relação à carga horária destes cursos, entendeu esta autoridade de acordo com um princípio de proporcionalidade que se justificaria uma diminuição da mesma em relação à prevista anteriormente, considerando a exigência adicional, resultante do RJDS, de 15 horas anuais de formação contínua, bem como o previsto nesta matéria para outras atividades do setor financeiro.

Ainda neste âmbito, considerou-se que para efeitos de qualificação adequada – tendo presente a natureza dos distribuidores - os requisitos aplicáveis a empresas de seguros ou de resseguros devem equiparar-se aos estabelecidos em relação aos agentes de seguros, corretores de seguros e mediadores de resseguros e que apenas aos mediadores de seguros a título acessório, pela natureza necessariamente acessória da sua atividade relativamente à principal, pode ser admitida uma carga horária inferior.

¹ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:52012SC0191>

Por outro lado, no âmbito da formação e aperfeiçoamento profissional contínuo, julga-se dever ser assegurada alguma flexibilidade ao mercado em termos dos conteúdos da mesma para permitir um melhor ajustamento à evolução da atividade e dos produtos, pelo que se determina a possibilidade de quaisquer entidades formadoras poderem realizar ações de formação para este efeito desde que ministrem também cursos de seguros reconhecidos pela ASF ou se encontrem certificadas nos termos do sistema de Certificação de Entidades Formadoras ou sejam reconhecidas pelo Ministério da Educação, desde que os cursos sejam adequados à atividade de distribuição desenvolvida pelo formando.

Em relação à obrigatoriedade de conformação em matéria de qualificação adequada por parte daqueles que já exercem atividade com os requisitos previstos no RJDS, consideraram-se relevantes os conhecimentos que advêm da experiência profissional, tendo, por isso, sido selecionadas as matérias do anexo ao RJDS em relação às quais deve ser realizada formação adicional.

Face ao exposto e reconhecendo-se os custos adicionais nesta matéria para o mercado, enfatiza-se, não obstante, a importância do investimento na qualificação através da promoção da aquisição de conhecimentos e competências mediante a formação profissional.

Neste sentido, da perspectiva dos benefícios para as entidades supervisionadas esperados da presente intervenção normativa, conclui-se pela existência de ganhos no reforço das competências profissionais do mercado segurador e ressegurador de forma transversal, o qual tem impacto na qualidade da prestação de serviços, na adequação dos produtos aos clientes, na diminuição da conflitualidade e do número de reclamações o que, por seu turno, acarreta consequências positivas em termos reputacionais e de imagem do setor.

Por outro lado, a proteção dos clientes específicos do setor segurador e ressegurador é reforçada uma vez que são os beneficiários últimos da formação profissional de todos os que com eles contactam no exercício da atividade, ao ser-lhes garantido um serviço de maior qualidade e adequado às respetivas necessidades.

Finalmente, no que se refere ao procedimento para reconhecimento dos cursos sobre seguros e ao funcionamento da comissão técnica para reconhecimento dos mesmos, os quais correspondem em geral ao previsto na Norma Regulamentar n.º 17/2006-R, de 29 de dezembro, o resultado da análise de custo / benefício afigura-se neutral.

Considerando o acima exposto, após avaliação do impacto da presente norma regulamentar, conclui-se que se justifica prosseguir a presente iniciativa regulatória nos termos propostos.

3. PEDIDO DE COMENTÁRIOS

Solicita-se aos interessados que submetam os seus comentários sobre o projeto de norma regulamentar que define os procedimentos e requisitos em matéria de qualificação adequada, formação e aperfeiçoamento profissional contínuo e o funcionamento da comissão técnica para efeitos do reconhecimento de cursos sobre seguros, por escrito, até ao dia 18 de março de 2019, preferencialmente para o seguinte endereço de correio eletrónico: consultaspublicas@asf.com.pt.

Neste âmbito, salienta-se, em especial, a utilidade de informação de natureza quantitativa sobre os custos decorrentes da realização de ações de formação para efeitos de qualificação adequada ou formação e aperfeiçoamento profissional contínuo em que os destinatários da presente norma regulamentar estimam incorrer.

As respostas podem igualmente ser remetidas, por correio normal, para o seguinte endereço:

Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Departamento de Política Regulatória e Relações Institucionais

Avenida da República, n.º 76

1600-205 Lisboa

A ASF divulga a identidade dos respondentes e / ou o respetivo contributo, caso os mesmos autorizem expressamente essa divulgação.

Por razões de equidade, os contributos recebidos após o final do prazo da consulta pública não serão considerados.